

O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL (1995/2006)

Alex Wilhans Antonio Palludeto (Bolsista SAE/UNICAMP) e Prof^a. Dr^a. Ana Rosa Ribeiro de Mendonça Sarti (Orientadora)

[alexwilhans@hotmail.com; arm2@uol.com.br]

INSTITUTO DE ECONOMIA – UNICAMP

Palavras-chave: Consolidação bancária – Fusões e Aquisições – Setor bancário brasileiro



Introdução

O sistema bancário brasileiro foi palco de um importante movimento de transformações a partir da segunda metade dos anos de 1990. Destacam-se, no período, um amplo processo de privatização dos bancos públicos estaduais, o aumento da participação do capital estrangeiro e um movimento de consolidação do setor. Dessa forma, torna-se, desde logo, fundamental para apreender-se a atual feição do sistema bancário brasileiro e as principais características por ele adquiridas a compreensão das principais modificações ocorridas recentemente no complexo bancário nacional e em particular o movimento de consolidação do setor ao longo da última década.

Metodologia

Com o propósito de elucidar os aspectos centrais do processo de consolidação do sistema bancário no país – tanto em relação às suas determinações quanto ao processo em si –, foram avaliados os efeitos dos processos de estabilização dos preços e de internacionalização do setor sobre a estrutura e dinâmica do sistema bancário brasileiro mediante pesquisa bibliográfica e processamento de dados referentes à atividade no país. A coleta dos dados foi realizada, essencialmente, através das informações disponibilizadas no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil, <www.bcb.gov.br>, dentre as quais, sobretudo, os balancetes sob a denominação de “Consolidado do Sistema Financeiro Nacional”. Entre as informações levantadas e analisadas encontram-se os principais componentes dos ativos e passivos bancários para o período 1995/2006, a partir dos quais foram construídos indicadores para a avaliação do processo de consolidação bancária.

Resultados e Discussão

Com a implementação do Plano Real a partir de julho de 1994 e a conseqüente estabilização de preços – e, portanto, o fim das receitas derivadas das transferências inflacionárias (*floating*) pelo setor bancário nacional, a principal fonte de recursos para a maioria das instituições do segmento (vide Tabela 1) –, teve início um movimento de reestruturação e ajustamento do setor ao novo ambiente econômico que então se delineava.

Tabela 1
Brasil: Receita Inflacionária dos Bancos

Ano	% PIB	% Receita de Interm. Financ.
1990	4,0	35,7
1991	3,9	41,3
1992	4,0	41,9
1993	4,2	35,3
1994	2,0	20,4
1995	0,0	0,6

Fonte: Banco Central do Brasil

Por outro lado, na tentativa de conter as pressões inflacionárias relacionadas à progressiva demanda por crédito – destinado especialmente ao consumo – e coagido pelo movimento de fuga de capitais observado em virtude da instabilidade econômica internacional a partir dos efeitos da crise mexicana em 1995 o governo brasileiro adotou uma série de medidas, caracteristicamente restritivas, firmadas, sobretudo, na preservação de elevadas taxas de juros e na ampliação dos níveis de recolhimento compulsório.

De fato, com o aumento dos juros e da inadimplência, parcela crescente das grandes instituições bancárias tornaram-se mais seletivas, dificultando o refinanciamento dos devedores não-financeiros e das instituições bancárias mais dependentes do mercado interbancário.

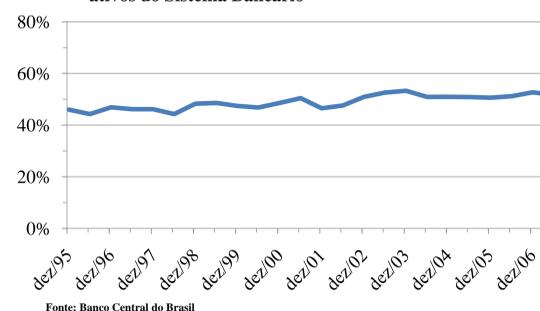
Nesse contexto, em novembro de 1995, através da Resolução 2.208 do CMN e da Medida Provisória 1.179 implementou-se o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), por meio do qual se estabeleciam linhas especiais de financiamento para reestruturação das instituições financeiras em dificuldades – mediante transferência de controle acionário – através de recursos advindos dos depósitos compulsórios do próprio sistema financeiro.

A reestruturação dos bancos estaduais se deu, sobretudo, através do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária (Proes) – cujas principais medidas datam de agosto de 1996 –, pelo qual buscava-se, principalmente, reduzir a participação do segmento por meio de privatização das instituições.

Ainda com vistas a reestruturar e fortalecer o sistema financeiro nacional, o governo permitiu, a partir da segunda metade da década de 1990, pela Exposição de Motivos nº 311, uma crescente participação estrangeira no segmento bancário através, por um lado, do ingresso de novas instituições no país e, por outro, da ampliação da presença de organizações já existentes. Desse modo, a crescente permissividade concedida pelas autoridades nacionais ao estabelecimento de novas instituições bancárias estrangeiras no país combinou-se a um movimento de expansão internacional dos principais conglomerados financeiros atuantes no mundo, implicando uma maior presença estrangeira no sistema financeiro nacional.

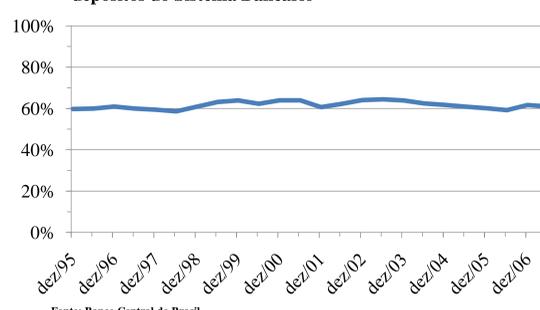
Nesse sentido, observou-se uma expressiva reação dos bancos privados nacionais ao ingresso das instituições bancárias estrangeiras através de uma participação ativa no movimento de F&As e no processo de privatizações, inclusive envolvendo os próprios bancos recém-chegados, nos últimos anos da década passada.

Gráfico 1
Brasil: Ativos dos 5 maiores bancos sobre o total de ativos do Sistema Bancário



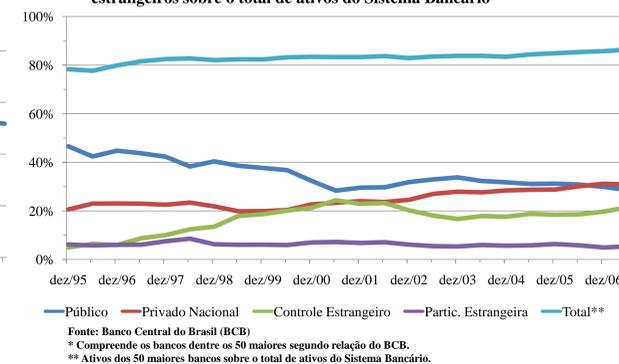
Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 3
Brasil: Depósitos dos 5 maiores bancos sobre o total de depósitos do Sistema Bancário



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 2
Brasil: Ativos dos bancos* públicos, privados nacionais e privados estrangeiros sobre o total de ativos do Sistema Bancário

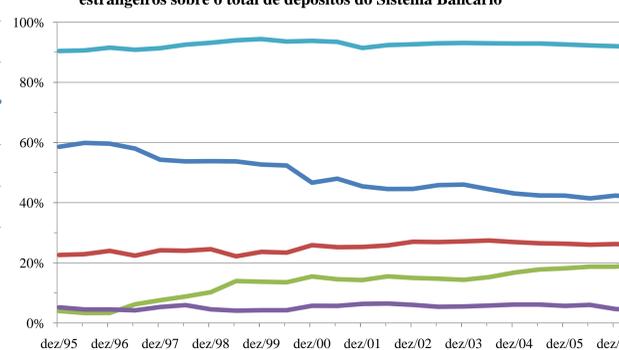


Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)

* Compreende os bancos dentre os 50 maiores segundo relação do BCB.

** Ativos dos 50 maiores bancos sobre o total de ativos do Sistema Bancário.

Gráfico 4
Brasil: Depósitos dos bancos* públicos, privados nacionais e privados estrangeiros sobre o total de depósitos do Sistema Bancário



Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)

* Compreende os bancos dentre os 50 maiores segundo relação do BCB.

** Depósitos dos 50 maiores bancos sobre o total de depósitos do Sistema Bancário.

Conclusão

O movimento de consolidação bancária verificado no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990 manifestou-se, sobretudo, como um processo de adequação do sistema bancário à nova realidade macroeconômica de estabilidade dos preços. O fim das receitas advindas das operações de *floating* e as elevadas taxas de juros mantidas pelo Banco Central deterioraram a situação na qual se sustentavam algumas instituições, incapazes de reorientar suas atividades com o fim da inflação. Com o risco de crise sistêmica, as autoridades nacionais implementaram um conjunto de medidas objetivando modernizar e fortalecer o setor bancário doméstico, sobretudo, através de operações de F&As, privatização de instituições estatais e ampliação da participação estrangeira no mercado.

Sem embargo, como resultado desse movimento, declinou a parcela das operações correspondente ao segmento bancário público e, antagonicamente, a presença de instituições internacionais no setor se elevou. Contudo, pelos anos de 2001/2002, observa-se uma retomada de posição dos grandes bancos privados nacionais. Enfim, de maneira geral, graças ao movimento de reestruturação e consolidação do sistema bancário brasileiro, à redução do número de instituições, seguiu-se um aumento do grau de concentração da atividade.